



Relatório da administração (em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Pedras Transmissora de Energia S.A. sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 19.589, um incremento de 6,24% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 de R\$ 18.439, decorrente do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de revisão tarifária periódica. **(b) Dividendos -** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 13.242 referente a dividendos. **(c) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios de 2024 e 2023 foi de 99,99% e 100%, respectivamente. **(d) Liquidação do financiamento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) -** Durante o exercício findo em 2024 foram pagos R\$ 1.314 de principal e R\$ 35 de juros e em 14 de maio de 2024, a Companhia quitou o financiamento com o BNDES. **(e) Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - i. Financiamento -** No dia 18 de dezembro de 2024 a Companhia celebrou Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para captação do valor total de R\$ 150.000 que visam a antecipação dos recursos do Financiamento de Longo Prazo. Sobre a dívida incidem encargos financeiros anuais calculados com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido de 2,43% a.a. Os juros são devidos juntamente com o principal no momento de sua liquidação, que ocorrerá na data de vencimento da operação em 18 de agosto de 2025. **(ii) Financiamento longo prazo -** No dia 30 de dezembro de 2024 a Companhia contratou financiamento de longo prazo no valor de R\$ 313.242 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), mediante celebração de Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular ("Financiamento de Longo Prazo"). Os recursos desta operação são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e serão destinados à implantação das instalações de transmissão do "Lote 06". Sobre a dívida incidirão encargos financeiros calculados com base na Taxa de Juros Não Rural dos Fundos Constitucionais (TFC), que é composta (i) pelo Fator de Atualização Monetária (FAM), atrelado à variação do IPCA e (ii) por juros básicos fixos (JBF) que, na média, correspondem a aproximadamente 5,87% ao ano. O principal da dívida será pago em 270 prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira prestação no dia 30 de abril de 2025 e as demais prestações sempre no dia 15 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em 15 de janeiro de 2049. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu nenhum desembolso, por parte do BNB, relacionado ao Financiamento de Longo Prazo, não havendo valores registrados no passivo. **(f) Reforço na Subestação Vendas das Pedras -** No dia 12 de abril de 2022 a ANEEL, por meio da resolução autorizativa nº 11.642, autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforço nas suas instalações de transmissões. O reforço entrou em operação comercial em 6 de julho de 2024. A RAP estabelecida para esse reforço foi de R\$ 1.330, conforme Despacho nº 3.611 de 22 de setembro de 2023. **(g) Aumento de capital -** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os acionistas aportaram o montante de R\$ 114.741 na Companhia referente ao contrato de concessão nº 11/2023 para aumento de capital. **(h) Auditores independentes -** A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 132. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria. A contratação dos auditores independentes é de competência do acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **Diretoria** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal -** O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei. **5. Declaração do Diretor:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.407	196	Fornecedores		4.092	459
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	129.732	6.502	Financiamento	12	150.000	1.317
Concessionárias e permissionárias	10	2.258	1.870	Salários e encargos a pagar		123	70
Ativo de contrato	11	17.331	16.476	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	167
Impostos e contribuições a recuperar		295	-	Outros impostos e contribuições a recolher		1.662	420
Despesa antecipada	12	2.751	-	Pis e Cofins diferidos	13	1.514	1.441
Outros ativos		1.580	2.566	Dividendos	21 (c)	-	6.622
Total do ativo circulante		155.354	27.610	Encargos setoriais		780	692
Depósitos judiciais		476	-	Outros passivos		3.551	1.227
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	-	598	Total do passivo circulante		161.722	12.415
Ativo de contrato	11	409.306	143.214	Pis e Cofins diferidos	13	37.401	12.839
Total do realizável a longo prazo		409.782	144.288	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	57.414	21.656
Imobilizado		241	242	Total do passivo não circulante		94.815	34.495
Total do imobilizado		241	242	Total dos passivos		256.537	46.910
Total do ativo não circulante		410.023	144.530	Capital social	16 (a)	226.473	111.732
Total do ativo		565.377	172.140	Dividendo adicional proposto	16 (c)	-	6.622
				Reserva de lucros	16 (b)	82.367	6.876
Demonstrações do resultado abrangente				Total do patrimônio líquido		308.840	125.230
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)		2024	2023	Total do passivo e patrimônio líquido		565.377	172.140
Lucro líquido do exercício		75.491	13.941				
Outros resultados abrangentes		-	-				
Resultado abrangente total do exercício		75.491	13.941				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)							
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		111.732	1.063	10.116	-	-	122.911
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais		-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício	16 (b)	-	-	-	-	13.941	13.941
Reserva legal	16 (b)	-	697	-	-	(697)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	(6.622)	(6.622)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	6.622	(6.622)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		111.732	1.760	5.116	6.622	125.230	125.230
Aumento de capital	16 (a)	114.741	-	-	-	-	114.741
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(6.622)	-	(6.622)
Lucro líquido do exercício	16 (a)	-	-	-	-	75.491	75.491
Reserva legal	16 (b)	-	3.774	-	-	(3.774)	-
Reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	71.717	-	(71.717)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		226.473	5.534	76.833	-	308.840	308.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Cielo"). A companhia apresenta capital líquido negativo de R\$ 6.368 em 31 de dezembro de 2024, devido ao desembolso, em 19 de dezembro de 2024, de financiamento de curto prazo, no montante de R\$ 150.000, cujo vencimento se dará em agosto de 2025. O financiamento tem como objetivo a antecipação de recursos do financiamento de longo prazo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), cujo contrato foi assinado em 30 de dezembro de 2024 e será integralmente quitado quando ocorrer o seu desembolso. De todo modo, o entendimento da administração é que a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois os acionistas oferecem suporte financeiro, quando necessário. **1.1 Contrato de concessão - (a) Contrato de concessão nº 17/2008 -** O contrato de concessão nº 17/2008 ("Contrato") teve como objetivo: (i) instalação de transmissão composta pela Subestação (SE) Venda das Pedras em 345/138kV (800MVA), localizada no Estado do Rio de Janeiro; (ii) entradas de linha, banco de autotransformadores, capacitadores em derivação, barramento, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) implementação de dois trechos de linha de transmissão 345 kV em circuitos simples, entre os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Adrianópolis - Macaé C1 e SE Venda das Pedras com extensão aproximada de 23,5 km cada trecho de linha, (iv) as entradas de linha correspondentes na SE Venda das Pedras e (v) a aquisição dos equipamentos necessários para modificações nas entradas de linha das subestações Adrianópolis e Macaé. O Contrato foi assinado no dia 16 de outubro de 2008 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em maio de 2038. A Companhia entrou em operação comercial em 05 de dezembro de 2010. **(b) Contrato de concessão nº 11/2023 -** No dia 30 de junho de 2023 a Companhia foi vencedora do Leilão de Transmissão nº 17/2023 (Lote 8) realizado pela ANEEL. Para tal, a Companhia ofereceu uma RAP de R\$ 99.870, o que resultou em deságio de 48,23% em relação ao preço inicial ofertado, de R\$ 192.927. O contrato de concessão nº 11/2023 ("Contrato") tem como objetivo (i) implantação de linha de transmissão (LT) 500kV Xingó - Camaçari II, C1 e C2, duplo, localizada nos Estados de Sergipe e Bahia; (ii) entradas de linha, Equipamentos de Compensação de Reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) é permitida a implantação, parcial ou integral, das LTs 500kV Xingó - Camaçari IV C1 e C2 na configuração de torres de circuito simples, por exemplo para possibilitar a conexão nas subestações terminais em função da localização dos respectivos Módulos de Entrada de Linha. O Contrato foi assinado no dia 29 de setembro de 2023 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em setembro de 2053. Conforme estipulado no contrato, o prazo para entrada em operação é setembro de 2028. **1.2 Receita Anual Permitida -** A Resolução Homologatória ("RH") nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 19.589 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 18.439 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 6,24%, decorrente do reajuste da inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de revisão tarifária periódica. **1.3 Revisão Tarifária Periódica -** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2014-2015, a segunda ocorreu 2019-2020, a terceira ocorreu 2024-2025 e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2029-2030 e 2034-2035. **1.4 Reforço - Terceiro banco de autotransformador -** No dia 30 de agosto de 2016 a ANEEL, por meio da resolução autorizativa (REA) nº 6.012, posteriormente substituída pela REA ANEEL 6.169 de 17 de janeiro de 2017, autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforços nas suas instalações de transmissões. O reforço entrou em operação no mês de julho de 2018 e a RAP estabelecida na resolução autorizativa foi de R\$ 4.593 e é reajustada em cada ciclo pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). O objetivo do reforço foi a implantação dos reforços referentes ao empreendimento: T2016-044 - SE VENDA DAS PEDRAS - TERCEIRO BANCO DE AUTOTRANSFORMADOR 345/138 kV. **1.5 Reforço - Instalação do terceiro capacitor -** No dia 12 de abril de 2022 a ANEEL, por meio da resolução autorizativa nº 11.642, autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforço nas suas instalações de transmissões. O reforço entrou em operação comercial em 06 de julho de 2024. A RAP estabelecida para esse reforço é R\$ 1.330, conforme Despacho nº 3.611 de 22 de setembro de 2023. Conforme os estudos de atendimento à região de Campos, a implantação do 3º banco de capacitores paralelo tem a finalidade de evitar violações de tensões no setor de 138kV em condições contingência na Linha 345kV Macaé - Venda das Pedras, trazendo assim um melhor controle de tensão para a área. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de março de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.4), análise do

risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada (na nota explicativa 22) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Caixa e equivalentes de caixa -** Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários. **6.2 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante -** Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. A Companhia não possui mais saldos registrados no não circulante. **6.3 Instrumentos financeiros - (c) Classificação e mensuração -** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: **i. Custo amortizado -** Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(ii) VJR -** Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados ao reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros -** Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **6.4 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	261.459	30.383
Custo de construção	18 (a)	(143.096)	(8.175)
Custos operacionais	18 (b)	(2.511)	(1.909)
Custos operacionais		(145.607)	(10.084)
Lucro bruto		115.852	20.299
Despesas gerais e administrativas	18 (c)	(704)	(549)
Provisão para perda de crédito esperada	10	(31)	-
Despesas operacionais		(735)	(549)
Resultado antes do resultado financeiro		115.117	19.750
Receitas financeiras		1.200	1.889
Despesas financeiras		(2.676)	(623)
Resultado financeiro	19	(1.476)	1.266
Resultado antes dos impostos		113.641	21.016
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.391)	(3.642)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(35.759)	(3.433)
Imposto de renda e contribuição social	20	(38.150)	(7.075)
Lucro líquido do exercício		75.491	13.941

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		75.491	13.941
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		35.759	3.433
- Imposto de renda e contribuição social correntes		2.391	3.642
- Provisão para perda de crédito esperada	10	31	-
- Pis e Cofins diferidos	13	24.357	1.251
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(1.200)	(1.960)
- Juros e correção monetária sobre financiamento	12	32	405
- Depreciação		1	1
- Efeito da revisão tarifária periódica	11	(3.203)	-
- Ativo de contrato - remuneração	11	(17.040)	(16.584)
- Ativo de contrato - impacto da entrada em operação do reforço	11	1.142	-
- Ativo de contrato - receita de construção	11	(263.605)	(12.413)
		(145.844)	(8.284)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias	10	(419)	(173)
- Ativo de contrato	11	15.759	15.162
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(295)	1.024
- Despesa antecipada	12	(2.751)	-
- Outros ativos		986	(1.378)
- Fornecedores		3.633	339
- Salários a pagar		53	(3)
- Imposto de renda e contribuição social a recolher		204	(1.688)
- Outros impostos e contribuições a recolher		1.242	420
- Encargos setoriais		88	94
- Outros passivos		2.599	285
Caixa (utilizado) gerado pelas atividades operacionais		(124.745)	5.798
Impostos pagos sobre o lucro		(2.762)	(2.887)
Financiamento - pagamento de juros	12	(35)	(244)
Caixa líquido (utilizado) gerado das atividades operacionais		(127.542)	2.667
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(244.883)	(20.832)
Títulos e valores mobiliários - resgates		123.541	27.350
Caixa (utilizado) gerado das atividades de investimento		(121.432)	6.518
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	16 (a)	114.741	-
Pagamento de dividendos	21		



PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 10.242.524/0001-42

reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.7 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (Substituirá o CPC 26/IAS 1)	01/01/2027

8 Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a totalidade dos recursos está em depósito bancário, no Banco Santander Brasil, Banco do Brasil e Banco Itaú. O montante apresentado refere-se, principalmente, a disponibilização do saldo para atender os compromissos de curto prazo referente ao projeto "Lote 6". **9 Títulos e valores mobiliários: i. Circulante** - A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil e Banco Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). Em 31 de dezembro de 2024 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras do Banco Santander foi de 97,5% (99,6% em 31 de dezembro de 2023) e do Banco Itaú de 97% do DI, ambos com vencimento em dezembro de 2025. O aumento observado no exercício refere-se ao desembolso do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"). Veja nota explicativa 12 (c). **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisava manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. O contrato do financiamento com o BNDES foi liquidado em 30 de agosto de 2024 e a obrigação finalizada.

10 Concessionárias e permissionárias	2024	2023
A vencer	2.178	1.682
Até 3 meses	63	53
De 3 a 12 meses	17	80
Acima de 12 meses	31	55
Provisão para perdas de crédito esperada	(31)	(31)
	2.258	1.870

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir:
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Adições (31)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
11 Ativo de contrato
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Receita de construção - Lote 6 (i) 256.379 5.959
Receita de construção - Reforço 7.226 6.454
Remuneração do ativo de contrato 17.040 16.584
Efeito da revisão tarifária periódica (ii) 3.203 -
Impacto da entrada em operação comercial - reforço (iii) (1.142) -
Recebimentos (15.759) (15.162)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
426.637 159.690

	BNB	BNDES
Circulante	17.331	16.476
Não circulante	409.306	143.214
	426.637	159.690

12 Financiamento	BNB	BNDES
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		
Captação	150.000	1.317
Juros	-	32
Amortização - principal	-	(1.314)
Amortização - juros	-	(35)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	150.000	1.317

O saldo do circulante apresentado no balanço patrimonial está demonstrado abaixo:
BNB **BNDES**
2024 2023 2024 2023
Circulante 150.000 - 1.317
150.000 - 1.317

i. Estrutura da dívida - (a) Financiamento BNB - (a.1) Financiamento curto prazo - No dia 18 de dezembro de 2024 a Companhia celebrou Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para captação do valor total de R\$ 150.000 que visam a antecipação dos recursos do Financiamento de Longo Prazo. Sobre a dívida incidem encargos financeiros anuais calculados com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido de 2,43% a.a. Os juros são devidos juntamente com o principal no momento de sua liquidação, que ocorrerá na data de vencimento da operação em 18 de agosto de 2025. **(a.2) Financiamento longo prazo** - No dia 30 de dezembro de 2024 a Companhia contratou financiamento de longo prazo no valor de R\$ 313.242 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), mediante celebração de Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular ("Financiamento de Longo Prazo"). Os recursos desta operação são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e serão destinados à implantação das instalações de transmissão do "Lote 06". Sobre a dívida incidirão encargos financeiros calculados com base na Taxa de Juros Não Rural dos Fundos Constitucionais (TFC), que é composta (i) pelo Fator de Atualização Monetária (FAM), atrelado à variação do IPCA e (ii) por juros básicos fixos (JBF) que, na média, correspondem a aproximadamente 5,87% ao ano. O principal da dívida será pago em 270 prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira prestação no dia 30 de abril de 2025 e as demais prestações sempre no dia 15 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em 15 de janeiro de 2049. Os gastos com comissões bancárias e consultorias necessários para a obtenção do financiamento estão reconhecidos na rubrica de "despesa antecipada" no ativo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreu nenhum desembolso relacionado ao Financiamento de Longo Prazo, não havendo valores registrados no passivo. **(b) Financiamento BNDES** - O Contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2009 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Em 14 de maio de 2024 houve a liquidação total desse financiamento. O valor total do financiamento foi de R\$ 27.006 divididos em 2 (dois) subcréditos: i. Subcrédito A no valor de R\$ 20.074 destinados às obras civis e demais itens financeiros necessários à implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,21% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela estava previsto para o dia 15 de outubro de 2024, porém o pagamento foi antecipado para 14 de maio de 2024. ii. Subcrédito B no valor de R\$ 6.931 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de outubro de 2019. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior ao estabelecido no estatuto social; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (c) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo 1,3 e o ICP superior a 0,3. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024, com a liquidação da dívida, a Companhia não possuía cláusula restritiva.

	2024	2023
13 PIS e COFINS diferidos		
PIS	6.942	2.547
COFINS	31.973	11.733
	38.915	14.280
Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir:		
	2024	2023
Circulante	1.514	1.441
Não circulante	37.401	12.839
	38.915	14.280
14 Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda	42.251	15.957
Contribuição social	15.163	5.699
	57.414	21.656

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo	IRPJ e CSLL
	2024	2023
Provisão para perdas de crédito esperadas	(31)	(11)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	168.896	63.694
	168.865	63.694

15 Contingências: A Companhia é parte em um processo judicial, oriundo do curso normal de suas operações. Esse processo envolve assunto de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Os valores de passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados que não possuem prováveis reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação. **(a) Desconto da parcela variável** - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação antes do julgamento do processo administrativo. O processo administrativo foi julgado e o desconto aplicado, o que acarretou na perda de objeto da ação judicial, seguida por sentença desfavorável à Companhia, condenando a mesma em honorários de sucumbência. A ANEEL entrou com recurso solicitando a majoração dos honorários de sucumbência. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor em risco é de R\$ 30 e R\$ 28, respectivamente e foi avaliada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **16 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Durante o exercício findo em 2024 a acionista aumentou o capital social na Companhia em R\$ 114.741. O objetivo desse aporte foi suprir os pagamentos referentes a construção do Contrato de concessão N° 11/2023, conforme nota explicativa 1.1 (b). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 226.473 e R\$ 111.732, respectivamente, divididos em 226.473 (duzentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil) e 111.732 (cento e onze milhões e setecentos e trinta e duas mil) ações ordinárias e nominativas, respectivamente, de valor nominal a R\$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela Celeo. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 3.774 e R\$ 697, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Conforme Assembleia Geral Ordinária ("AGO") e Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 25 de abril de 2024 e em 19 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 6.622 e R\$ 5.000, respectivamente, como dividendos adicionais. Devido a atual fase de construção referente ao contrato de concessão N° 11/2023, a administração da Companhia destinou o montante de R\$ 71.717. **(c) Dividendo adicional proposto** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 o valor destinado foi de R\$ 6.622. **(d) Dividendos mínimos obrigatórios** - Devido a atual fase de construção referente ao contrato de concessão N° 11/2023, por meio da AGE, realizada em 10 de dezembro de 2024, foi deliberada com o caráter excepcional e temporário, para todos os fins do artigo 202 da Lei das S.A., o pagamento de dividendos anuais obrigatórios, ajustados na forma da lei, serão correspondentes a 0% (zero por cento) do lucro líquido do exercício ou do lucro líquido apurado em qualquer período.

	2024	2023
Receita de construção - Lote 6	(a) 256.379	5.959
Receita de construção - Reforço	7.226	6.454
Remuneração do ativo	17.040	16.584
Receita de operação e manutenção	2.815	2.640
Efeito da revisão tarifária periódica	(b) 3.203	-
Impacto da entrada em operação comercial - reforço	(c) (1.142)	2.486
Ganho na RAP	(d) 3.030	247
Compartilhamento de infraestrutura	247	236
Parcela variável	(e) (101)	(18)
Receita bruta	288.697	34.341
Pis e Cofins correntes	(2.049)	(1.924)
Pis e Cofins diferidos	(24.357)	(1.251)
Encargos setoriais	(832)	(783)
Deduções da receita	(27.238)	(3.958)
	261.459	30.383

(a) Refere-se a Receita de Construção do projeto "Lote 6". O aumento no exercício refere-se a evolução da construção do projeto. Para maiores detalhes veja nota explicativa 1.4. (b) Veja nota explicativa 11. (c) A previsão para o início da operação comercial do reforço era abril de 2024, porém o Termo de Liberação Definitivo foi emitido em julho de 2024. (d) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada. (e) A parcela variável é reconhecida no momento da ocorrência do evento, por meio da Apuração Mensal dos Serviços e Encargos de Transmissão (AMSE) e quando não disponível, são realizadas provisões suficientes para garantir eventuais perdas. (f) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Reserva global de reversão (RGR)	(560)	(526)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(186)	(177)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(86)	(80)
	(832)	(783)

18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas: (a) Custo de construção - A abertura do custo de construção está demonstrada a seguir: Conforme exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Reforço	Lote 6	Total
Serviços	(4.774)	(29.276)	(34.050)
Máquinas, equipamentos e materiais	(799)	(95.282)	(96.081)
Meio ambiente	-	(2.107)	(2.107)
Fundário	-	(10.858)	(10.858)
	(5.573)	(137.523)	(143.096)

	Reforço	Lote 6	Total
Serviços	(2.678)	(1.473)	(4.151)
Máquinas, equipamentos e materiais	(2.300)	-	(2.300)
Meio ambiente	-	(1.406)	(1.406)
Fundário	-	(318)	(318)
	(4.978)	(3.197)	(8.175)

	2024	2023
(b) Custos operacionais		
Pessoal	(781)	(346)
Manutenção das linhas e das subestações	(i) (513)	(587)
Vigilância e segurança	(383)	(32)
Serviço de operação e manutenção	(ii) (184)	(166)
Viagem e hospedagem	(177)	(57)
Material	(52)	(58)
Diversos	(421)	(663)
	(2.511)	(1.909)

(i) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão e das subestações. (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizadas pela Celeo, conforme nota explicativa 21 (a). **(c) Despesas gerais e administrativas**

	2024	2023
Pessoal	(8)	(72)
Prestação de serviços administrativos	(i) (165)	(164)
Consultorias	(247)	(120)
Publicações	(38)	(40)
Diversos	(246)	(153)
	(704)	(549)

(iii) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 21 (a).

	2024	2023
19 Resultado financeiro		
Resultado de aplicação financeira	1.200	1.889
Receitas financeiras	1.200	1.889
Juros - financiamento	(32)	(405)
IOf - financiamento	(i) (2.203)	-
Outras despesas	(441)	(218)
Despesas financeiras	(2.676)	(623)
	(1.476)	1.266

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

(i) Refere-se ao Imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre a captação do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), conforme nota explicativa 12 (a). **20 Imposto de renda e contribuição social**

	2024	2023
Resultado antes dos impostos	113.641	21.016
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(38.638)	(7.146)
Incentivo fiscal - IRPJ	(115)	-
Exclusões	603	71
	(38.150)	(7.075)

IR e CS correntes (2.391) (3.642)
IR e CS diferidos (35.759) (3.433)
Alíquota efetiva 34% 34%

		2024		2023	
		Venci-mento	Passivo	Venci-mento	Resultado
Celeo (i)	O&M	IPCA	4 anos	2026	49 34 (184) (166)
Celeo (ii)	Backoffice	IPCA	4 anos	2026	- - (165) (164)
Celeo (iii)	Lote 6				1.812 - (1.812) -
					1.861 34 (2.161) (330)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "custos operacionais"; (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas"; e (iii) refere-se aos gastos relacionados ao leilão Aneel para o Lote 6. **(b) Remuneração da administração** - Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve atribuições de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

	2024	2023
(c) Dividendos		
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	6.622	5.182
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	6.620	5.000
Pagamento de dividendos	(13.242)	(10.182)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	6.622
	Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	6.622

22 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactam as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acionistas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão ("EUST"), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao equilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

	2024	2023
(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.		

	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(15.568)	(11.676)	(7.784)
Financiamento	Aumento do CDI	18.000	22.500	27.000

*Fonte: O CDI para o cenário provável (12%) foi considerado conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Hierarquia do valor justo	2024	2023
		Custo amortizado - VJR	Custo amortizado - VJR
Caixa e equivalente de caixa	8	1.407	196
Títulos e valores mobiliários	9	Nível II	- 129.732 - 6.502
Concessionárias e permissionárias	10	2.258	1.870
Ativos Financeiros			



PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 10.242.524/0001-42

auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025
KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7